



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N.º 01/2017 (INQUÉRITO CIVIL N.º MPPR-0103.12.000220-1)

DESTINATÁRIOS:

- 1 – Ao Excelentíssimo Senhor MARCELO ELIAS ROQUE,
DD. Prefeito Municipal de Paranaguá.
- 2 – Ao Ilustríssimo Senhor LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE,
M.D. Procurador-Geral do Município de Paranaguá.
- 3 – Ao Ilustríssimo Senhor RAUL DA GAMA E SILVA LUCK,
M.D. Controlador-Geral do Município de Paranaguá.
- 4 – Ao Ilustríssimo Senhor PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA,
M.D. Secretário Municipal de Saúde.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, por seu Promotor de Justiça signatário, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos II e III, ambos da Constituição Federal; artigo 120, incisos II e III, da Constituição do Estado do Paraná; artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 8.625/93; e artigo 58, inciso VII, da Lei Complementar Estadual n.º 85/99, e

CONSIDERANDO que restou instaurado pela 4ª Promotoria de Justiça de Paranaguá o INQUÉRITO CIVIL n.º MPPR-0103.12.000220-1, com a finalidade de apurar possíveis ilegalidades na aquisição, pelo Município de Paranaguá, de medicamentos fornecidos pela empresa COMERCIAL CIRÚRGICA BRAMED LTDA.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

CONSIDERANDO que no curso da investigação se inferiu que a Central de Abastecimento Farmacêutico do Município de Paranaguá solicitou a aplicação de medidas punitivas à empresa COMERCIAL CIRÚRGICA BRAMED LTDA, em razão do descumprimento de prazo para a entrega de medicamentos adjudicados pelo procedimento licitatório Pregão Presencial n.º 183/2011, Registro de Preços n.º 89/2011 (Ofício 378/2012), fármacos estes que estavam devidamente contemplados na Nota de Empenho n.º 001192/2012, emitida em 28 de fevereiro de 2012, no valor de R\$ 83.546,00.¹

CONSIDERANDO que, após instauração do devido procedimento (Processo n.º 10470/2012) e prévio contraditório oportunizado à empresa COMERCIAL CIRÚRGICA BRAMED LTDA, esta preferiu a revelia e então o Prefeito Municipal de Paranaguá, em 06 de junho de 2012, homologou parecer jurídico para determinar a rescisão unilateral do contrato da empresa e aplicar-lhe as sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93.²

CONSIDERANDO que a Procuradoria Jurídica do Município de Paranaguá, em 22 de junho de 2012, manifestou-se pela aplicação das seguintes sanções à empresa COMERCIAL CIRÚRGICA BRAMED LTDA: **I) cancelamento do registro de preços; II) impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de 3 (três) anos; III) aplicação de multa de 15% sobre o valor da Nota de Empenho n.º 001192/2012.**³

CONSIDERANDO que, em 27 de junho de 2012, a Central de Abastecimento Farmacêutico do Município de Paranaguá informou que a empresa COMERCIAL CIRÚRGICA BRAMED LTDA ainda não havia entregue todos os medicamentos da Nota de Empenho n.º 001192/2012 e restava ainda inadimplente quanto a fármacos da Nota de Empenho n.º 003164/2012, emitida em 30 de abril de 2012, no valor de R\$ 27.244,00.⁴

- 1 Fls. 04-05 do incluso Inquérito Civil.
- 2 Fls. 53 e 90-93 do incluso Inquérito Civil.
- 3 Fl. 157 e 175 do incluso Inquérito Civil.
- 4 Fls. 108-112 do incluso Inquérito Civil.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

CONSIDERANDO que, ao ser instado pelo Ministério Público a informar quanto à efetivação das sanções administrativas em face da empresa COMERCIAL CIRÚRGICA BRAMED LTDA, a Controladoria-Geral do Município de Paranaguá esclareceu, em 28 de dezembro de 2012, que as penalidades não foram impostas porque a empresa teria posteriormente disponibilizado todos os medicamentos relacionados à Nota de Empenho n.º 003164/2012.⁵

CONSIDERANDO que a Municipalidade, em razão dessa resposta, foi questionada a apresentar ao Ministério Público cópia do parecer jurídico e da decisão que teriam se pronunciado pela revogação das sanções aplicadas à empresa COMERCIAL CIRÚRGICA BRAMED LTDA, ao que aquela se limitou a remeter pronunciamentos relativos apenas ao cancelamento do registro de preço do item 72 (Dipirona Sódica) do Pregão Presencial n.º 183/2011, embora a empresa em questão tenha se sagrado vencedora de vários outros itens nesta licitação: 01, 29, 30, 31, 37, 56, 68, 72, 84, 100, 101, 102, 111, 112, 118, 124, 147, 149, 150, 151, 162, 167 e 170,⁶ **do que se depreende que não há neste caso decisão administrativa deliberando efetivamente pela revogação ou anulação das sanções.**

CONSIDERANDO que a entrega extemporânea dos produtos pela empresa COMERCIAL CIRÚRGICA BRAMED LTDA não é causa prevista pela Lei n.º 8.666/93 para elidir a aplicação das sanções administrativas impostas, máxime porque as notas fiscais encaminhadas pelo Município de Paranaguá ao Ministério Público demonstram que os medicamentos relacionados às Notas de Empenho n.º 001192/2012 e n.º 003164/2012 foram entregues apenas em 03 de agosto e 27 de setembro de 2012, isto é, meses após Central de Abastecimento Farmacêutico do Município de Paranaguá solicitá-los, sequer havendo, também, a liquidação e pagamento total do valor empenhado.⁷

5 Fl. 201 do incluso Inquérito Civil.

6 Fls. 09, 203, 210-215 do incluso Inquérito Civil.

7 Fls. 206-209 (incluindo atestes dos versos) e 216 do incluso Inquérito Civil.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade e vinculação ao instrumento convocatório, atinentes à licitação e ao contrato administrativo, dispostos no artigo 3º, *caput*, da Lei nº 8.666/93.

CONSIDERANDO que o artigo 78, incisos I a V, da Lei 8.666/93 prevê que constituem motivo para a rescisão do contrato de maneira unilateral pela Administração Pública o não cumprimento, o cumprimento irregular, a lentidão do seu cumprimento, o atraso injustificado e a paralisação no fornecimento de produtos e na prestação do serviço.

CONSIDERANDO que o artigo 87 da Lei 8.666/93 prevê que, pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções de multa e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CONSIDERANDO que o artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, a qual trata do Pregão, estabelece que aquele que ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na sua execução, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

CONSIDERANDO que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (artigo 37, *caput*, da Constituição Federal) e sua violação, assim como qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres da Administração Pública, poderá tipificar a prática de atos de improbidade administrativa, passíveis de responsabilização, nos moldes do que preceituam os artigos 10 e 11 da Lei nº 8.429/92.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

CONSIDERANDO que do princípio constitucional da legalidade decorre o princípio da autotutela, que se trata de poder-dever da Administração Pública em controlar seus próprios atos, na forma do artigo 53 da Lei n.º 9.784/99 (*A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos*) e Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal (*A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial*).

CONSIDERANDO que o artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município de Paranaguá dispõe que compete privativamente ao Prefeito aplicar multas previstas na legislação e nos contratos ou convênios.

Expede a presente **RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA**, a fim de que seja observado o seguinte:

I – Ao Prefeito que avoque o Processo n.º 10470/2012 e, estando presentes os pressupostos de legalidade, implemente as sanções administrativas já impostas à empresa COMERCIAL CIRÚRGICA BRAMED LTDA, em razão do inadimplemento contratual decorrente do Pregão Presencial n.º 183/2011, Registro de Preços n.º 89/2011, notadamente a sua inscrição como impedida de licitar e contratar com o Município de Paranaguá, pelo prazo de 3 (três) anos, e cobrança da multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor de R\$ 83.546,00, constante da Nota de Empenho n.º 001192/2012.

II – Ao Procurador-Geral, ao Controlador-Geral e ao Secretário Municipal de Saúde que, no âmbito de suas atribuições, auxiliam o Prefeito no cumprimento desta Recomendação Administrativa, se necessário for, abstendo-se de executar medidas contrárias aos seus termos.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

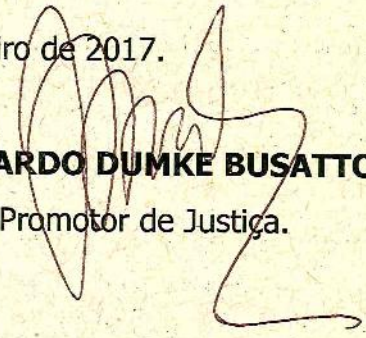
III – Ao Prefeito, ao Procurador-Geral, ao Controlador-Geral e ao Secretário Municipal de Saúde que adotem as providências necessárias para garantir o fornecimento periódico e regular de medicamentos pelos licitantes contratados e, em caso de inadimplemento, aplicar com rigor e celeridade as sanções administrativas previstas no edital do certame e do respectivo contrato, nos moldes das Leis n.º 8.666/93 e 10.520/2002, atentando-se ainda para que os servidores responsáveis pelos pedidos de medicamentos cumpram com efetividade esta função, com o intuito de evitar a compra de medicamentos em regime de dispensa de licitação.

IV – Fica estabelecido o **prazo de 15 (quinze) dias**, a partir do recebimento desta, para manifestação de cada um dos destinatários acerca das medidas adotadas para fiel cumprimento da Recomendação, **a qual deverá ser digitalizada e inserida no Portal da Transparência** da Prefeitura Municipal de Paranaguá, para conhecimento da população.

V – Restam os destinatários devidamente advertidos de que o descumprimento da presente Recomendação Administrativa, a partir de sua cientificação pessoal quanto aos seus termos, implicará a possibilidade de responsabilização cível pela prática de atos de improbidade administrativa, sem prejuízo da tomada de outras medidas que se façam necessárias.

Cópia desta Recomendação Administrativa será encaminhada à Câmara Municipal de Paranaguá e ao Observatório Social de Paranaguá, para ciência de seus termos.

Paranaguá, 27 de janeiro de 2017.


LEONARDO DUMKE BUSATTO,
Promotor de Justiça.